

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARATINGUETÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE
CONSELHO MUNICIPAL DA SAÚDE

Rua Cel. Pires Barbosa, 184 – Centro – Guaratinguetá – SP – CEP 12500-290.

E-mail: comus@guaratinguetá.sp.gov.br Tel.: (12) 3132-2357

ATA DA 433ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

1 Aos trinta dias do mês de julho de dois mil e vinte e seis, realizou-se a 433ª Reunião Ordinária do
2 Conselho Municipal de Saúde de Guaratinguetá – COMUS, sob a presidência da Senhora Maria Cecília
3 Moreira Torres, com a presença de quinze conselheiros, sendo dez titulares e cinco suplentes. No início
4 dos trabalhos, foi solicitada a composição da Mesa Diretora e, diante da solicitação de gravação em
5 tempo real para o Jornal Notícias, foi consultado o Plenário, não havendo manifestação contrária, sendo
6 autorizada a gravação. Aberta a reunião, a Presidente informou que havia diversas pendências a serem
7 tratadas pelo Conselho, bem como documentos recebidos para leitura e análise, solicitando
8 compreensão dos conselheiros durante os informes da Mesa. Na sequência, foi colocada em apreciação
9 Ata da 431ª Reunião Ordinária, referente ao mês de maio de 2026, encaminhada previamente ao
10 conselheiros por e-mail. Não havendo manifestações ou divergências quanto ao conteúdo, a Ata foi
11 submetida à votação e aprovada. Nos informes da Mesa, a Presidente comunicou que, após diversas
12 tratativas com entidades profissionais, foi obtido contato com o Conselho Regional de Medicina
13 Veterinária, que realizou a indicação de representantes, possibilitando o preenchimento da representação
14 da área de saúde necessária à composição do Conselho, complementando a paridade. Informou que serão
15 solicitadas as documentações das entidades indicadas, contemplando duas representações do segmento de
16 usuários/controle social, uma representação de prestador, com a entrada do Hospital Maternidade Frei
17 Galvão, e uma representação do segmento de trabalhadores da saúde, por meio da Medicina Veterinária
18 Após a organização da documentação, os dados serão encaminhados à Câmara Municipal para
19 regularização das cadeiras e representatividades do COMUS. Foi esclarecido que o encaminhamento
20 ainda não havia sido realizado em razão do recesso da Câmara Municipal e da recente confirmação da
21 indicação da Medicina Veterinária. Também foi informado que, em relação ao Hospital Maternidade Frei
22 Galvão, embora já exista indicação, será solicitada a atualização dos representantes titular e suplente. Em
23 seguida, foi apresentado ao Plenário comunicado encaminhado pela Diretoria de Redes às enfermeiras
24 responsáveis pelas unidades de saúde, referente às visitas de fiscalização realizadas pelos conselheiros
25 municipais de saúde. O comunicado orienta que, após a identificação dos conselheiros junto ao servidor
26 responsável pela unidade, sejam registrados em planilha o nome do conselheiro, o nome do servidor que
27 recebeu a visita, a data e o horário, bem como que posteriormente seja encaminhado relatório à Secretaria
28 Municipal de Saúde acerca do ocorrido durante a fiscalização. A Presidente esclareceu que a preocupação
29 do Conselho é que tal procedimento não resulte em qualquer dificuldade ou constrangimento para a
30 atuação dos conselheiros nas unidades, ressaltando que as visitas realizadas pelo COMUS têm caráter de
31 fiscalização do controle social e não se confundem com fiscalização sanitária. Manifestou preocupação de
32 que os servidores eventualmente deixassem de fornecer informações aos conselheiros por receio de que
33 os relatos fossem posteriormente comunicados à gestão. Foi esclarecido pela conselheira Caroline Sbrana
34 que o procedimento possui caráter meramente administrativo e documental, destinado a formalizar a
35 entrada e o atendimento aos conselheiros, não tendo como objetivo impedir ou dificultar o acesso do
36 Conselho às unidades, tampouco acarretar penalidade aos servidores pelo simples fato de receberem os
37 conselheiros. Foi ressaltado que, caso ocorra qualquer dificuldade ou impedimento durante as visitas, o
38 fato deverá ser comunicado imediatamente à Presidência do COMUS para as providências cabíveis.
39 Ainda nesse contexto, foram relatadas reclamações recebidas de funcionários acerca da atuação do
40 conselheiro Waldemir Assis nas unidades, com alegação de utilização da condição de conselheiro de
41 forma inadequada. A Presidência esclareceu que os atos oficiais do Conselho devem ser formalizados em
42 documentos timbrados e oficiais do COMUS, podendo os conselheiros, enquanto usuários dos serviços

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARATINGUETÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE
CONSELHO MUNICIPAL DA SAÚDE

Rua Cel. Pires Barbosa, 184 – Centro – Guaratinguetá – SP – CEP 12500-290,
E-mail: comus@guaratinguetá.sp.gov.br Tel.: (12) 3132-2357

ATA DA 433ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

acessar as unidades nessa condição, desde que não se apresentem como representantes oficiais do Conselho quando não estiverem em atividade de fiscalização. O conselheiro Waldemir Assis manifestou-se, esclarecendo que, nas situações mencionadas, compareceu às unidades como usuário ou visitante negando ter utilizado sua condição de conselheiro para obter tratamento diferenciado ou praticado qualquer tipo de “carteirada”. Após os esclarecimentos, a presidente reforçou a necessidade de diferenciar as ações oficiais do Conselho das situações particulares dos conselheiros enquanto usuários dos serviços de saúde. Na sequência, foi abordada a situação dos exames e das filas de espera, especialmente demanda por exames de ultrassonografia. Foi informado que está sendo realizado um mutirão de cirurgia no Hospital Frei Galvão, incluindo procedimentos de ortopedia e cirurgia geral, além de ações relacionadas à realização de exames, como tomografia, endoscopia, raio-X, colonoscopia e ressonância magnética. Foi relatada a existência de uma fila expressiva para ultrassonografia, mencionada com sendo de aproximadamente quinze mil solicitações. A Presidente informou que houve destinação do recurso por meio de emenda parlamentar para custeio de exames e que estão sendo realizadas tratativas para possibilitar a utilização desse recurso na redução das filas. Foi esclarecido pela subsecretária Caroline Sbrana que, por se tratar de recurso não previsto originalmente no orçamento municipal, é necessária a realização dos procedimentos orçamentários pertinentes, incluindo a aprovação da respectiva dotação pela Câmara Municipal, para posterior aplicação do recurso. Informou-se ainda que estão sendo realizadas negociações com a Santa Casa para definir quais exames serão realizados e os respectivos valores, buscando reduzir o gargalo existente, especialmente na área de ultrassonografia. Posteriormente a Presidente apresentou ao Plenário informações referentes à alteração da representação do segmento prestador no COMUS. Foi comunicada a substituição do representante titular, com a saída do Senhor André e a entrada do Senhor Plínio, bem como a substituição do suplente, com a saída do Senhor Nicola e a entrada do Senhor Alder, conforme indicação apresentada anteriormente. Em seguida, foi discutido o ofício encaminhado pelo Secretário de Justiça e Cidadania, Senhor Marco Aurélio Rebello Ortiz referente à forma de formalização das alterações das representações e respectivas portarias. Foi informado que, conforme orientação apresentada pela Secretaria de Justiça e Cidadania, as alterações deveriam ser formalizadas por meio de ofício próprio encaminhado diretamente ao Prefeito Municipal, para análise prévia e posterior elaboração e publicação da portaria, caso estejam atendidos os requisitos legais. Também foi esclarecido que a Portaria de 2018 anteriormente utilizada como referência encontra-se revogada, não podendo ser simplesmente alterada. Durante a discussão, foi explicado pela subsecretária Caroline Sbrana que a legislação do COMUS estabelece que os representantes e suplentes indicados pelas entidades e homologados pelo Prefeito Municipal serão empossados pelo Presidente do Conselho. Dessa forma, destacou-se a necessidade de adequação do fluxo administrativo para que os atos de nomeação dos conselheiros estejam formalmente de acordo com a legislação vigente. Foi ressaltado que a alteração do procedimento não teria como objetivo modificar os membros indicados, mas apenas regularizar a formalização dos atos administrativos, não havendo intenção de mudar os membros, sugestionando que seja alinhado um fluxo para manter a legalidade do COMUS, visto que tem a deficiência nas indicações das instituições. A secretária executiva Maira Almeida pediu a palavra para discutir a necessidade de atualização da legislação que dispõe sobre a composição do COMUS, uma vez que a legislação existente não contempla algumas representações atualmente consideradas relevantes para a composição do Conselho, tendo sido mencionadas, entre outras, a residência terapêutica e o Conselho Regional de Medicina. Foi levantada a possibilidade de que a atualização da composição seja realizada por meio do



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARATINGUETÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE
CONSELHO MUNICIPAL DA SAÚDE

Rua Cel. Pires Barbosa, 184 – Centro – Guaratinguetá – SP – CEP 12500-290.

E-mail: comus@guaratinguetá.sp.gov.br Tel.: (12) 3132-2357

ATA DA 433ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

85 alteração legislativa mais ampla, contemplando a realidade atual do Conselho e o número de cadeira
86 pretendido. A subsecretária Caroline Sbrana esclareceu que, naquele momento, a Prefeitura estava
87 apenas buscando fazer cumprir a legislação vigente, não havendo proposta em andamento para alteração
88 da lei de composição. Contudo, foi manifestado interesse em, caso o COMUS assim deliberasse, construir
89 conjuntamente uma proposta de alteração legislativa, com participação do setor jurídico da Administração
90 Municipal, do COMUS e do representante da OAB, podendo instituir uma comissão visando
91 encaminhamento posterior ao Prefeito e à Câmara Municipal. Foi ainda esclarecido, conforme avaliação
92 jurídica apresentada durante a reunião, que a permanência da APOESP – instituição correlata à
93 representação prevista na legislação – não configuraria ilegalidade, diante da possibilidade prevista na
94 própria legislação de utilização de instituição correlata para composição da representação. O
95 representante da OAB, Conselheiro Alexandre Rocha, manifestou sua preocupação quanto à forma como
96 a questão foi conduzida, entendendo que houve inversão das etapas e possível atropelo das competências
97 do Conselho, uma vez que a Secretaria de Justiça e Cidadania teria iniciado providências antes de uma
98 discussão conjunta com o COMUS. Ressaltou, entretanto, que não se opõe à regularização dos atos e
99 demonstrou disposição para participar da construção conjunta de uma eventual alteração da legislação. O
100 Conselheiro Alexandre Rocha deixou que entende a intenção e a preocupação das secretarias de Justiça e
101 Cidadania e Saúde, contudo entende que não foi feito da melhor forma, justificando que quando recebeu o
102 ofício, a secretaria de justiça e cidadania estava fazendo algo que compete ao COMUS e depois provoca a
103 secretaria de Justiça para validar o ato, sendo que foi invertido a ordem, deixando que houve uma
104 invasão de competência sem ter sido comunicado o conselho que por via de regra estava fazendo o
105 movimento para alteração da lei. Destacou ainda que a atual legislação, datada de 2015, não reflete
106 integralmente a realidade da composição e das necessidades atuais do Conselho, exemplificando que se
107 tem a APOESP que substituiu os Aposentados e trouxe a residência terapêutica que é uma instituição
108 importantíssima para a saúde do município, não tem cabimento tira-la para acomodar uma lei de onze
109 anos atrás, defendendo que eventual alteração seja realizada de maneira conjunta e organizada
110 contemplando as representatividades atualmente necessárias ao controle social da saúde no município. Ao
111 final do trecho registrado, ficou encaminhada a continuidade das tratativas entre o COMUS, a Secretaria
112 de Saúde, a Secretaria de Justiça e Cidadania e os demais setores competentes, aguardando-se contato
113 para realização de reunião conjunta, com o objetivo de alinhar os procedimentos e avaliar a elaboração da
114 proposta de alteração da legislação de composição do Conselho. Complementou que a mesa tem o
115 interesse que de que o Hospital Frei Galvão faça parte deste conselho novamente, não tendo lógica não
116 fazer parte à medida que presta o serviço, assim como não tem lógica tirar a residência terapêutica por
117 uma mera questão burocrática para cumprir uma lei que não atende mais a realidade, deixando a
118 necessidade da alteração da lei da composição do COMUS. A subsecretária Caroline Sbrana expressou
119 estar de acordo com a necessidade da mudança da lei, acrescentando que não é um processo simples
120 pedindo a colaboração para que aconteça essa alteração o mais rápido possível, porém enquanto não sai, a
121 gestão foi advertida pela administração da prefeitura que tem que cumprir a lei para não haver
122 questionamentos futuros quanto à legitimidade do COMUS, acrescentando que em nenhum momento foi
123 intencional invadir a competência do conselho, cabendo ao prefeito a instituir a portaria. O conselheiro
124 Alexandre Rocha aproveitou os informes da mesa, e como representante ao usuário registrou uma queixa
125 que após a mudança da saúde mental de local não existe um atendimento por telefone ou WhatsApp,
126 alegando que qualquer tipo de contato tem que se deslocar presencialmente e contou que foi até a

ATA DA 433ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

127 farmácia buscar uma medicação e minutos antes das dezesseis horas a farmácia estava fechada, afirmando
128 que a funcionária abandonou o posto antes do horário e deixou que levaria a situação para um registro
129 sendo um que é um serviço essencial para a população, sendo inadmissível essa conduta do servidor e
130 subsecretária concluiu que vai tomar as providências. A presidente deixou um recado referente ao fórum
131 dos conselhos de atividades de fim da saúde do estado de São Paulo que fizeram um posicionamento
132 institucional na consolidação da carreira do SUS e fez a leitura do documento. Complementou que foi
133 relatada certa preocupação com as terceirizações e a existências de quarteirizações, onde participou da
134 reunião como representante do CREFITO e foi pedido para a que o documento fosse lido em reunião para
135 que os conselheiros se manifestem a esse posicionamento. O conselheiro Sérgio Bassanelli justificou a
136 ausência dos funcionários no serviço de farmácia da saúde mental, alegando ter sido por motivos de
137 saúde. Em seguida, o conselheiro Clóvis Bevilacqua solicitou que o documento referente ao fórum fosse
138 encaminhado aos conselheiros para uma melhor reflexão. **Informes do Gestor:** A subsecretária Caroline
139 Sbrana informou que está mantendo as caravanas para a doação de sangue e dentro das possibilidades
140 existem as parcerias com as empresas privadas que contribuem com os veículos, possuindo mais de
141 cinquenta pessoas inscritas através de um cadastro, pedindo a colaboração de divulgação. Contou que em
142 agosto terá o Dia D de vacinação que será a campanha nacional de multivacinação e informou que estão
143 se preparando para que em agosto seja inaugurado o pró-mulher que é um ambulatório de saúde da
144 mulher. A presidente abriu para proposituras dos conselheiros não havendo passou para a ordem do dia
145 **Ordem do dia: A- Chamamento Público – UPA:** A presidente Maria Cecília questionou como está o
146 andamento do chamamento público da UPA, visto que encerra o contrato de emergência dia trinta de
147 setembro. A subsecretária Caroline Sbrana recapitulou que a UPA foi feito um contrato emergencial em
148 outubro do ano passado que tem duração de doze meses, portanto obrigatoriamente tem que abrir outro
149 processo de contratação, a prefeitura entendeu que o melhor método a ser utilizado seria através de
150 chamamento público para organizações sociais qualificadas no município. Esclareceu que o decreto que
151 regulamentou a qualificação de organização social foi publicado alguns meses, tendo algumas habilitadas
152 e outras ainda em análise por uma comissão de profissionais concursados não havendo interferência de
153 gestão e até o momento do dia do chamamento outras instituições podem se qualificar. Expôs que está
154 para ser publicado, que ainda não foi devido à complexidade do processo e espera ter um resultado
155 positivo principalmente para população e que o processo transcorra de forma clara e transparente e que
156 todas as necessidades apontadas pelo COMUS constam no edital, afirmando que não tem a data definida
157 do chamamento, porém acredita que seja em breve pela urgência de troca. O conselheiro Clóvis
158 Bevilacqua fez uma observação referente a UPA, que no fluxo o paciente chega pega a senha e aguarda a
159 triagem e percebeu que tem pessoas que ficam passando mal, contando um relato de uma senhora que veio
160 a óbito por ficar aguardando, sugerindo que para a nova contratação se existe a possibilidade de
161 assim que chegar imediatamente passar pela triagem. A Caroline Sbrana respondeu que possui hoje um
162 enfermeiro que faz a triagem, alegando que esse é o fluxo, ao chegar pega a senha e aguarda a triagem,
163 porém em dias de maior movimento acaba demorando um pouco mais, deixando que deveriam ter
164 profissionais na recepção preparados para discernir casos mais críticos. Acrescentou que para o próximo
165 edital estão ampliando a equipe de triagem para que o fluxo seja mais agilizado. A conselheira Iracema da
166 Silva alegou que em toda rede existe um considerável número de pacientes que faltam nos agendamentos
167 de consulta e exames e que acaba afetando e prejudicando pacientes que necessitam da assistência e
168 questionou se a gestão tem algum plano ou estratégia para amenizar a situação, mencionando que foi tema

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARATINGUETÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE
CONSELHO MUNICIPAL DA SAÚDE

Rua Cel. Pires Barbosa, 184 – Centro – Guaratinguetá – SP – CEP 12500-290.

E-mail: comus@guaratinguetá.sp.gov.br Tel.: (12) 3132-2357

ATA DA 433ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

abordado na reunião do CLS. A subsecretária Caroline Sbrana agradeceu por trazer essa situação à plenária e explicou que o fluxo atual é ligar para todos os pacientes comunicando sobre a consulta tanto nas unidades municipais ou nas referências. Contou que o Hospital Regional de Cruzeiro fez uma reunião com a gestão a respeito do volume de pacientes faltantes nas consultas e acrescentou que tentaram melhorar ofertando transporte para os pacientes agendados em Cruzeiro e Lorena, embora a lei federal contemple a obrigatoriedade de transporte a cima de 50 km, reconhecem que existe uma vulnerabilidade social e por isso entenderam a importância desses transportes, sendo uma implementação de atividade para inibir as faltas, comentando sobre o Kit Lanche e a mobilização nas mídias sociais. Contou que será feito um novo chamamento de sistema de informação e nesse sistema será incluído um formato de disparar mensagens com 48 h de antecedência a consulta, deixando que o mais importante é fazer o trabalho de conscientização, garantindo que o paciente não pode ser penalizado e que a secretaria aceita sugestões para melhorar essa situação. A conselheira Fernanda Muriano complementou que o problema de faltas sempre aconteceu, que é um trabalho difícil e que dentro do CAPS infantil tem fila de espera, marcando para novembro e quando a criança falta perde a vaga, porém a criança precisa do psicotrópico e a mãe procura querendo receita e para isso faz necessário à consulta, onde ocorre esse problema seriíssimo que acontece no CAPS. O conselheiro Waldemir Assis questionou sobre a doação de sangue e a conselheira Renata Guimarães explicou que o hemocentro libera trinta vagas por dia, exemplificando que se tiver sessenta pessoas teriam que ser levadas em dois dias pela capacidade instalada. Prosseguindo, o conselheiro Waldemir Assis, parabenizou a gestão pela realização do Fórum da Diversidade que foi muito bem elaborado e apresentado um excelente trabalho e a subsecretária Caroline Sbrana agradeceu pelos elogios e colocou que Guaratinguetá é uma cidade majoritariamente conservadora e expressou que se sentiu uma completa ignorante dentro deste Fórum afirmando que aprendeu muito, principalmente sobre a saúde mental dessas pessoas que sofrem o tempo inteiro, garantindo que a gestão quer trabalhar por essa causa cada vez mais por essas pessoas extremamente inteligentes que mudam a sociedade todos os dias. Contou que Guaratinguetá vai abrir um ambulatório de hormonoterapia para pessoas Trans e dentro dele terá todo um trabalho psicológico e psicossocial em sua integralidade. O conselheiro Alexandre Rocha complementou que sobre a doação de sangue há uns anos atrás fez uma mobilização para juntar pessoas e fazer uma triagem, e em Taubaté à época era em torno de sessenta pessoas por dia, embora fosse disponibilizadas vagas para Guaratinguetá, deixavam um tanto para quem tivesse interesse na doação, sendo uma questão do hemocentro. A subsecretária Caroline Sbrana agregou que existe uma política do estado de São Paulo onde o Hemonúcleo não descentraliza mais a coleta e quem tiver algum conhecido dentro do governo ou o próprio conselho elaborar um documento remeter a CIB, para que o governo do estado de São Paulo olhe novamente para esses hemonúcleo. Na sequência, o conselheiro Alexandre Rocha a respeito do chamamento da UPA, sobre os prazos que está para publicar a qualquer tempo deixando que esta sendo trabalhado com o universo do ideal, porém se por ventura venha alguma empresa e embargue algo ou entre com algum recurso, questionando se existe traçado um plano B elaborado pela gestão e qual seria. A subsecretária Caroline Sbrana respondeu que existem planos sendo estudados pela secretaria de justiça dentro da legalidade do que pode ser feito, afirmando que no momento não tem a resposta e que na reunião com o secretário da justiça e cidadania pode trazer esse tema, dizendo que sabe que todas as possibilidades estão sendo estudadas e o conselheiro Alexandre Rocha justificou que sua questão se dá pelo prazo exíguo, deixando sua experiência de que dentro do universo jurídico tem muitas empresas que vem somente para tumultuar e nesse intervalo de tempo quem sofre é a instituição que está

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARATINGUETÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE
CONSELHO MUNICIPAL DA SAÚDE

Rua Cel. Pires Barbosa, 184 – Centro – Guaratinguetá – SP – CEP 12500-290.

E-mail: comus@guaratinguetá.sp.gov.br Tel.: (12) 3132-2357

ATA DA 433ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

211 precisando do serviço. A subsecretária expôs que é o que está acontecendo com a telemedicina que po
212 mais de um ano estão tentando contratar o serviço e sempre que publicado acaba sendo impugnado
213 Acrescentou que a colocação do conselheiro Alexandre é muito pertinente e em reunião na prefeitura fo
214 falado sobre essa preocupação e outros planos estão sendo estudados e espera que as concorrentes sejam
215 éticas, dizendo que existe uma empresa qualificada e cinco em processo e assim que for publicado o
216 edital encaminhará para a ciência dos conselheiros. O conselheiro Clóvis Bevilacqua perguntou se existi
217 na lei uma forma de punir a empresa que tenha atitude intencional de prejudicar o processo e o
218 conselheiro Alexandre Rocha esclareceu que até existe, porém conseguir provar uma atitude de má fé e
219 dano já foi feito e o atraso já aconteceu e esse é o problema, o que querem evitar é o atraso, explicando de
220 que depende de como vai acontecer para entender se houve um dano doloso e assim tomar medidas
221 cabíveis, sendo impossível fazer um juízo prévio de valor. O conselheiro Waldemir Assis pediu para que
222 fosse oficiado a gestão a respeito da auditoria nos leitos da Santa Casa. A presidente Maria Cecília
223 explicou que a gestão custeia os leitos e a subsecretária explicou que a partir da denúncia não formal fo
224 reforçado com os auditores para fiscalizarem os leitos sendo um trabalho regular em ambos os hospitais
225 onde os auditores vão quase diariamente e mandam para secretaria o boletim de leitos e está sendo
226 observados se os dois hospitais estão cumprindo com o quantitativo pactuados de leitos e previamente fo
227 visto que uma porcentagem desse quantitativo fica para a retaguarda da UPA, urgência e regulação
228 CROSS e outra parte são reservadas para cirurgias eletivas garantindo que vem sendo analisado e estão
229 fazendo um estudo técnico. Na sequência a presidente Maria Cecília deixou que a pedido do conselheiro
230 Sidney Higino está sendo elaborado um ofício solicitando os levantamentos relatados pela auditoria dos
231 prestadores nos últimos três meses e a subsecretária fez um adendo que embora tenha o Hospital Regional
232 de Cruzeiro que os atendimentos estão sendo de forma escalonada e faseada que a partir do momento que
233 atender as necessidades da região terá uma ampliação de leitos e contou que na reunião do secretariado
234 em Taubaté a diretora informou que pelo período sazonal inverno toda a região está passando por uma
235 fase difícil com relação aos pedidos de internação, onde todas as UPA e hospitais estão superlotados e
236 muitos acabam improvisando leitos atendendo mais que o compactuado com o município, visto que as
237 instituições filantrópicas conveniadas ao SUS tendem a demonstrar o atendimento e depois recebem e os
238 hospitais que estouram o volume de atendimento, consegue repactuar valores tanto do ministério quanto
239 do estado e do tesouro quando é possível. Solicitou que seja compreendido o momento difícil que a região
240 está passando pedindo para que apoiem o município aproveitando para expor a realidade regional e contar
241 que em dezembro será feito uma repactuação com os prestadores e atualização do convênio e plano de
242 trabalho e quem sabe consiga trazer avanços. O conselheiro Nicolas Taumaturgo esclareceu que faz
243 necessário se atentar a capacidade instalada que às vezes é superada e explicou que existem duas formas
244 de enxergar situação deixando ser importante ter o conhecimento fiscal do COMUS, saber sobre o plano
245 operativo para conseguir um bom olhar fiscal e complementou que no momento da situação poderia ter
246 chamado a supervisão para melhor compreensão do fato para alimentar o COMUS de melhores
247 informações e no segundo ponto mensalmente os prestadores são obrigados a apresentar dados de
248 capacidade de internação e quantitativos, concordando com a subsecretária que estão passando por um
249 período de superlotação nos hospitais e pediu para que conste o apoio da gestão na interlocução com a
250 UPA e a retaguarda para melhores entendimentos afirmando que possui um bom contato com a UPA
251 pedindo sempre a relação dos pacientes prioritários deixando que ainda assim como qualquer outro
252 trabalho de assistência de saúde precisa ser fortalecido diariamente, reforçando o pedido de que tenha

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARATINGUETÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE
CONSELHO MUNICIPAL DA SAÚDE
Rua Cel. Pires Barbosa, 184 – Centro – Guaratinguetá – SP – CEP 12500-290.
E-mail: comus@guaratinguetá.sp.gov.br Tel.: (12) 3132-2357

ATA DA 433ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

253 uma melhor comunicação entre entidades e gestão para que as informações venham mais elaboradas
254 detalhadas principalmente dentro do COMUS para que fique clara a ação do prestador e contratante con
255 o a apoio do conselho. A presidente Maria Cecília aproveitou para agradecer a participação de todo
256 conselheiros encerrando a reunião ordinária 433º deste conselho. Para constar, foi lavrada a presente Ata
257 que após lida e aprovada será assinada por mim Maira Regiane de Almeida que secretarici pelos demais
258 membros.



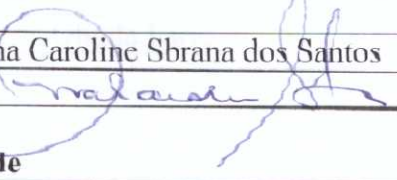
Folha de Presença

Dia: 30/07/2026

Reunião N° 433° de Caráter: Ordinária

SEGMENTO GOVERNO E PRESTADORES

Representante do Governo Municipal

Titular: Nádia Maria Magalhães Meireles	Suplente: Ana Caroline Sbrana dos Santos
Assinatura: 	Assinatura: 

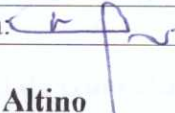
Secretaria Municipal da Saúde

Titular: José Eduardo Barbosa Marques Júnior	Suplente: Renata Guimarães Esquilace
Assinatura:	Assinatura: 

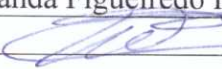
Residência Terapêutica

Titular: Alba Valéria Cortez Alves de Oliveira	Suplente: Anderson Barbosa Marcondes
Assinatura:	Assinatura:

Santa Casa de Misericórdia de Guaratinguetá

Titular: André Barros Monteiro Júnior	Suplente: Nicolas de O. Taumaturgo Pereira
Assinatura:	Assinatura: 

Grupo da Fraternidade Irmão Altino

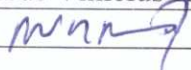
Titular: Fernanda Figueiredo Faria Muriano	Suplente: Maria Rosa dos Santos
Assinatura: 	Assinatura:

SEGMENTO TRABALHADOR DA SAÚDE

Representantes dos Trabalhadores na Área da Saúde

Titular: Sérgio Bassanelli	Suplente: Ernani José da Silva
Assinatura: 	Assinatura:

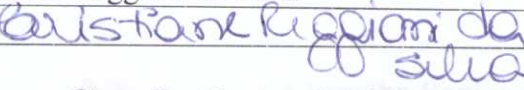
Conselho Regional de Medicina – Regional de Guaratinguetá

Titular: Marcus Vinicius Regis Ramos	Suplente: Zélio de Souza Ramos
Assinatura: 	Assinatura:

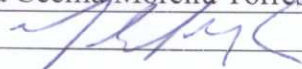
Associação Paulista de Cirurgiões Dentistas – Regional de Guaratinguetá

Titular: Maria Elizabeth Ramos Martins	Suplente: José Geraldo Cardoso Júnior
Assinatura:	Assinatura:

Conselho Regional de Enfermagem - COREN

Titular: Cristiane Reggiani da Silva	Suplente: Natali Sant'ana Vilas Boas Pètri
Assinatura: 	Assinatura:

Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional - Crefito

Titular: Maria Cecília Moreira Torres	Suplente: André Solon de Carvalho
Assinatura: 	Assinatura:

Folha de Presença

Dia: 30/07/2026

Reunião Nº433º de Caráter: Ordinária

SEGMENTO DE USUÁRIOS

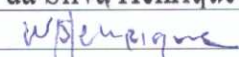
Pastoral da Saúde

Titular: Dilene Martins	Suplente: Maria Olinda Faria
Assinatura:	Assinatura:

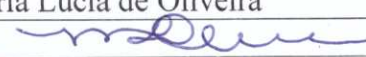
Conselho Gestor Local

Titular: Iracema da Silva	Suplente: Waldemir Assis Correia
Assinatura: 	Assinatura: 

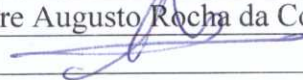
Associações de Amigos de Bairros

Titular: Sidnei Higino	Suplente: Wagner da Silva Henrique
Assinatura:	Assinatura: 

Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo

Titular: Maria Lúcia de Oliveira	Suplente: Myriam Gracie Mathias
Assinatura: 	Assinatura:

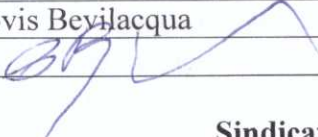
Ordem dos Advogados do Brasil – Regional de Guaratinguetá

Titular: Alexandre Augusto Rocha da Costa	Suplente: Fabiana Marongio Pires e Barros
Assinatura: 	Assinatura:

Sindicato dos Trabalhadores Rurais

Titular: Maria Claudete Lopes Pereira	Suplente: Vanderléia de Paula e Silva Ribeiro
Assinatura: 	Assinatura:

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação

Titular: Clóvis Beyilacqua	Suplente: Adeildo Antônio dos Santos
Assinatura: 	Assinatura:

Sindicato dos Empregados do Comercio - SEC

Titular: Paulo Jefferson Alves	Suplente: Lucimara Aparecida Oliveira Ribeiro
Assinatura:	Assinatura:

Representantes da Associação Comercial e Empresarial de Guaratinguetá

Titular: Beatriz dos Santos Fialho Bonini	Suplente: Maria Tereza Coelho Sampaio Reis
Assinatura:	Assinatura:

Conselho Regional de Contabilidade

Titular: José Luiz Nunes	Suplente: Joaquim Aparecido Pontes
Assinatura:	Assinatura: